

Concurso Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA

2016



ADVOGADO

Nome do candidato

Por favor, abra somente quando autorizado.



INSTRUÇÕES GERAIS

1. A prova terá, no máximo, 4 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição do gabarito na Folha de Respostas.
2. Este caderno contém 50 questões de múltipla escolha, assim distribuídas:
Prova de Língua Portuguesa, com **10** questões, numeradas de **01** a **10**.
Prova de Legislação, com **10** questões, numeradas de **11** a **20**.
Prova de Informática Básica, com **05** questões, numeradas de **21** a **25**.
Prova de Raciocínio Lógico, com **05** questões, numeradas de **26** a **30**.
Prova de Conhecimentos Específicos, com **20** questões, numeradas de **31** a **50**.
3. Cada questão apresenta 4 alternativas, de (a) a (d). O candidato deverá lê-las, atentamente, antes de responder a elas.
4. Caso o Caderno esteja incompleto ou com defeito, o candidato deverá solicitar ao aplicador, durante os primeiros 20 minutos, as providências cabíveis.
5. Nenhuma folha poderá ser destacada, durante a realização das provas, exceto a destinada para anotação na Folha de Respostas (rascunho).
6. O candidato deverá passar o gabarito para a Folha de Respostas, utilizando caneta esferográfica azul ou preta.
7. O candidato deverá entregar ao aplicador este caderno de questões e a Folha de Respostas identificada com nome e número de inscrição.
8. O candidato só poderá se retirar do recinto, após 1 (uma) hora, contada a partir do efetivo início da prova.
9. O gabarito e a relação de candidatos aprovados serão divulgados no sítio concurso.fundacaocefetminas.org.br.

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: As questões de (01) a (10) devem ser respondidas com base no **texto 1**. Leia-o atentamente, antes de responder a elas.

Texto 1

Consumismo da linguagem: sobre o rebaixamento dos discursos

Márcia Tiburi

[1º§] No processo de rebaixamento dos discursos, do debate e do diálogo que presenciamos em escala nacional, surgem maledicências e mal-entendidos que se entrelaçam, formando o processo que venho chamando de “consumismo da linguagem”. Meios de comunicação em geral, inclusas as redes sociais e grande parte da imprensa, onde ideologias e indivíduos podem se expressar livremente sem limites de responsabilidade ética e legal, estabelecem compreensões gerais sobre fatos que passam a circular como verdades apenas porque são repetidas. Quem sabe manipular o círculo vicioso e tortuoso da linguagem ganha em termos de poder.

[2º§] O processo que venho chamando de “consumismo da linguagem” é a eliminação do elemento político da linguagem pelo incremento do seu potencial demagógico. O esvaziamento político é, muitas vezes, mascarado de expressão particular, de direito à livre expressão. A histeria, a gritaria, as falácias e falsos argumentos fazem muito sucesso, são livremente imitados e soam como absurdos apenas a quem se nega a comprar a lógica da distorção em alta no mercado da linguagem.

[3º§] A lógica da distorção é própria ao consumismo da linguagem. Como em todo consumismo, o consumismo da linguagem produz vítimas, mas produz também o aproveitador da vítima e o aproveitador da suposta vantagem de ser vítima. “Vantagem” que ele inventa a partir da lógica da distorção à qual serve. Vítimas estão aí. Uma reflexão sobre o tema talvez nos permita pensar em nossas posturas e imposturas quando atacamos e somos atacados ao nível da linguagem.

[4º§] Penso em como as pessoas e as instituições se tornam ora vítimas, ora algozes de discursos criados com fins específicos de produzir violência e destruição. Não me refiro a nenhum tipo de violência essencial própria ao discurso enquanto contrário ao diálogo, nem à violência casual de falas esporádicas, mas aquela projetada e usada como estratégia em acusações gratuitas, campanhas difamatórias, xingamentos em geral e também na criação de um contexto violento que seja capaz de fomentar um imaginário destrutivo. O jogo de linguagem midiático inclui toda forma de violência, inclusive a propaganda que, mesmo sendo mais sutil que programas de sanguinolência e humilhação, tem sempre algo de enganoso. O processo das brigas entre partidários, candidatos, ou desafetos em geral, é inútil do ponto de vista de avanços políticos e sociais, mas não é inútil a quem deseja apenas o envenenamento e a destruição social. [...]

[5º§] Os discursos podem fazer muita coisa por nós, mas podem também atuar contra nós. Ora, usamos discursos, mas também somos usados por eles (penso na subjetividade dos jornalistas e apresentadores de televisão que discursam pela mentira e pela maledicência). Aqueles que usam discursos sempre podem ocupar a posição de algozes: usam seu discurso contra o outro, mas também podem ser usados por discursos que julgam ser au-

tenticamente seus. O que chamamos de discurso, diferente do diálogo, sempre tem algo de pronto. Na verdade, quem pensa que faz um discurso sempre é feito por ele.

[6º§] Somos construídos pelo que dizemos. E pelo que pensamos que estamos dizendo. A diferença talvez esteja entre quem somos e quem pensamos que somos. Há sempre algum grau de objetividade nessas definições.

[7º§] Uma pergunta que podemos nos colocar é: o que pode significar ser vítima de discursos na era do consumismo da linguagem? Por que aderimos, por que os repetimos? [...]

[8º§] A violência verbal é distributiva e não estamos sabendo contê-la. Mas, de fato, gostaríamos de contê-la? Não há entre nós uma satisfação profunda com a violência fácil das palavras que os meios de comunicação sabem manipular tão bem? Não há quem, querendo brigar, goze com a disputa vazia assim como se satisfaz com as falas estúpidas dos agentes da televisão? Por que, afinal de contas, não contemos a violência da linguagem em nossas vidas? Grandes interesses estão sempre em jogo, mas o que os pequenos interesses de cidadãos têm a ver com eles? [...] Por que as pessoas são tão suscetíveis? [...] Se a linguagem foi o que nos tornou seres políticos, a sua destruição nos tornará o quê?

Fonte: Revista Cult, disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2015/08/consumismo-da-linguagem-sobre-o-rebaixamento-dos-discursos/21/08/2015>> Acesso em 18 jan.2016 (fragmento de texto adaptado)

QUESTÃO 01

O principal objetivo do **texto 1** é

- a) expor situações de mau uso dos discursos na mídia.
- b) descrever consequências de manipulação da linguagem.
- c) contestar mecanismos midiáticos na produção informativa.
- d) propor reflexões sobre o discurso nas mídias comunicativas.

QUESTÃO 02

De acordo com o segundo parágrafo do texto, a expressão 'consumismo da linguagem' caracteriza-se pelo uso de

- a) ações comedidas.
- b) discursos escusos.
- c) atitudes políticas.
- d) argumentos cautos.

QUESTÃO 03

No trecho: “A lógica da distorção é própria ao consumismo da linguagem.”, uma possibilidade de sentido de ‘distorção’ está explicitada em:

- a) “O processo das brigas entre partidários, candidatos, ou desafetos em geral, é inútil do ponto de vista de avanços políticos e sociais [...].”
- b) “Como em todo consumismo, o consumismo da linguagem produz vítimas, mas produz também o aproveitador da vítima e o aproveitador da suposta vantagem de ser vítima.”
- c) “O jogo de linguagem midiático inclui toda forma de violência, inclusive a propaganda que, mesmo sendo mais sutil que programas de sanguinolência e humilhação, tem sempre algo de enganoso.”
- d) “No processo de rebaixamento dos discursos, do debate e do diálogo que presenciamos em escala nacional, surgem maledicências e mal-entendidos que se entrelaçam, formando o processo que venho chamando de “consumismo da linguagem”.

QUESTÃO 04

No trecho, "A violência verbal é **distributiva** e não estamos sabendo contê-la.", o vocábulo grifado pode ser substituído, sem perdas semânticas, por

- a) ocultada.
- b) eclipsada.
- c) propalada.
- d) dissimulada.

QUESTÃO 05

NÃO se constitui uma estratégia argumentativa utilizada no **texto 1**:

- a) contraste.
- b) enumeração.
- c) fatos cotidianos.
- d) dados numéricos.

INSTRUÇÃO: Leia o **texto 2**, a seguir, para responder às questões **(06)** a **(08)**.

Texto 2

O discurso não é a língua, embora seja com ela que se fabrique discurso e que este, num efeito de retorno, modifique-a. A língua é voltada para sua própria organização, em diversos sistemas que registram os tipos de relação que se instauram entre as formas (morfologia), suas combinações (sintaxe) e o sentido, mais ou menos estável e prototípico de que essas formas são portadoras segundo suas redes de relações (semântica). Descrever a língua é, de um modo ou de outro, descrever regras de conformidade, a serem repertoriadas em gramáticas e em dicionários.

Já o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produzem sentido.

CHARAUDEAU, Patrick. "Informação como discurso". _ **Discurso das mídias**. Tradução Ângela S. M. Corrêa. 2ed. São Paulo: Contexto, 2012 – p. 40 (fragmento de texto adaptado).

QUESTÃO 06

A partir do **texto 2**, depreende-se que **discurso** é uma prática de linguagem

- a) elaborada por regras e por formalidade.
- b) inerente ao vocabulário efetivo das línguas.
- c) constituída por propósitos e por contextos.
- d) associada ao repertório gramatical dos indivíduos.

QUESTÃO 07

O fragmento do **texto 1** que **ilustra** o conceito de discurso, presente no **texto 2**, é

- a) "Aqueles que usam discursos sempre podem ocupar a posição de algozes [...]."
- b) "O que chamamos de discurso, diferente do diálogo, sempre tem algo de pronto."
- c) "Somos construídos pelo que dizemos. E pelo que pensamos que estamos dizendo."
- d) "[...] o que pode significar ser vítima de discursos na era do consumismo da linguagem?"

QUESTÃO 08

No trecho: “É, **pois**, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produzem sentido.”, a conjunção grifada tem o valor semântico de

- a) causa.
- b) conclusão.
- c) explicação.
- d) consequência.

QUESTÃO 09

O uso de próclise só **NÃO** é obrigatório em

- a) Se a linguagem foi o que **nos** tornou seres políticos, a sua destruição nos tornará o quê?
- b) Não **me** refiro a nenhum tipo de violência essencial própria ao discurso enquanto contrário ao diálogo, nem à violência casual de falas esporádicas [...]”.
- c) Meios de comunicação em geral, inclusas as redes sociais e grande parte da imprensa, onde ideologias e indivíduos podem **se** expressar livremente sem limites de responsabilidade ética e legal [...]”.
- d) No processo de rebaixamento dos discursos, do debate e do diálogo que presenciamos em escala nacional, surgem maledicências e mal-entendidos que **se** entrelaçam, formando o processo que venho chamando de “consumismo da linguagem”.

QUESTÃO 10

Releia o trecho retirado do **texto 1**, a seguir.

“A histeria, a gritaria, as falácias e falsos argumentos fazem muito sucesso, são livremente imitados e soam como absurdos apenas a quem se nega a comprar a lógica da distorção em alta no mercado da linguagem.”

Nesse fragmento, a vírgula foi empregada para separar

- a) termos e orações.
- b) orações adversativas.
- c) partículas explicativas.
- d) advérbios e conjunções.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11

De acordo com a Lei n.º 10.520/02, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, são atribuições legais do pregoeiro:

- a) Em caráter definitivo, deliberar acerca dos recursos interpostos pelos licitantes no curso do pregão.
- b) Exigir dos licitantes o comprovante de aquisição do edital e a garantia da proposta, como condição indispensável para participação no certame.
- c) Declarar como vencedora a proposta classificada em primeiro lugar, independentemente do objeto e valor ofertados, em obediência ao princípio constitucional da isonomia das partes.
- d) Proceder, após encerrada a etapa competitiva, à abertura do invólucro, contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

QUESTÃO 12

A Prefeitura de um município de Minas Gerais, no intuito de comemorar o aniversário de 100 anos da cidade e, em razão das festividades programadas, resolve contratar uma dupla sertaneja de renome nacional, consagrada pela opinião pública, para fazer uma apresentação. Essa dupla de artistas possui enorme identificação com a população local por fazer menção ao referido município em seu repertório de canções. Segundo o Estatuto de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/93), essa contratação

- a) será firmada por meio de dispensa de licitação.
- b) será firmada pela modalidade de licitação convite.
- c) será firmada por meio de inexigibilidade de licitação.
- d) será firmada pela modalidade de licitação concorrência.

QUESTÃO 13

Durante um processo licitatório, modalidade tomada de preços, o presidente da comissão permanente de licitação verifica que não fez constar no edital a exigência de um determinado atestado de capacidade técnica, indispensável para comprovar que o licitante possui qualificação técnica para executar o objeto daquele certame. Como forma de corrigir este equívoco, o servidor habilitou somente os licitantes que apresentaram de forma espontânea esse atestado. Inconformados, os inabilitados que não apresentaram o documento em questão interpuseram recurso.

Diante dos fatos narrados, observa-se que nessa licitação foi violado, principalmente, o princípio do(a)

- a) padronização.
- b) competitividade.
- c) julgamento objetivo.
- d) vinculação ao instrumento convocatório.

QUESTÃO 14

O servidor público estável do Município de Barbacena, que seja investido em mandato de Prefeito, ficará afastado de seu cargo efetivo e

- a) será obrigado a optar pelo subsídio do mandato eletivo.
- b) poderá optar entre sua remuneração e o subsídio do mandato eletivo.
- c) perceberá cumulativamente sua remuneração e o subsídio do mandato eletivo.
- d) perceberá cumulativamente metade de sua remuneração e o subsídio do mandato eletivo.

QUESTÃO 15

De acordo com a Constituição Federal de 1988:

- I- É admitida a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- II- É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- III- A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

QUESTÃO 16

No que se refere às responsabilidades do servidor público do município de Barbacena, previstas na Lei n.º 3.245/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Barbacena):

- a) A obrigação do servidor público de reparar dano não se estende à herança recebida por seus sucessores.
- b) O servidor responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva, quando se tratar de dano causado a terceiros.
- c) A absolvição criminal que negue a existência do fato ou a autoria do servidor não afasta sua responsabilidade em âmbito administrativo.
- d) A caracterização do dolo é uma condição indispensável à imputação de responsabilidade civil por ato do servidor que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

QUESTÃO 17

Um servidor investido no cargo de motorista, após a realização de uma inspeção médica, foi diagnosticado com um problema de visão, o qual o impedia de dirigir com segurança. Diante disso, este servidor passou a ocupar um novo cargo na repartição, cujas atribuições e responsabilidades fossem compatíveis com sua limitação física.

O caso descrito trata-se de uma

- a) recondução.
- b) transferência.
- c) readaptação.
- d) reintegração.

QUESTÃO 18

No tocante à Lei Orgânica de Barbacena, **NÃO** são de competência do Município os impostos sobre

- a) propriedade predial e territorial urbana.
- b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.
- c) serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na Lei Complementar, prevista no artigo 146 da Constituição Federal.

d) transmissão, "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como, cessão de direitos à sua aquisição.

QUESTÃO 19

No tocante à Lei n.º 8.429/92, sobre improbidade administrativa:

- a) As sanções, previstas na Lei de Improbidade Administrativa, são privativamente de caráter penal.
- b) A ocorrência de prejuízo ao erário é uma condição precípua para a configuração de improbidade administrativa.
- c) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei devem ser propostas no máximo até o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, sob pena de prescrição.

QUESTÃO 20

No tocante à Lei n.º 12.527/2011, que regula o acesso às informações públicas, é **INCORRETO** afirmar que

- a) os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público estão subordinados ao regime desta lei.
- b) o pedido de acesso a informações deverá conter identificação do requerente, especificação da informação requerida e identificação das razões que a determinam, que necessariamente deverão ser de interesse coletivo.
- c) o acesso à informação previsto nessa lei não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- d) é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

INFORMÁTICA BÁSICA

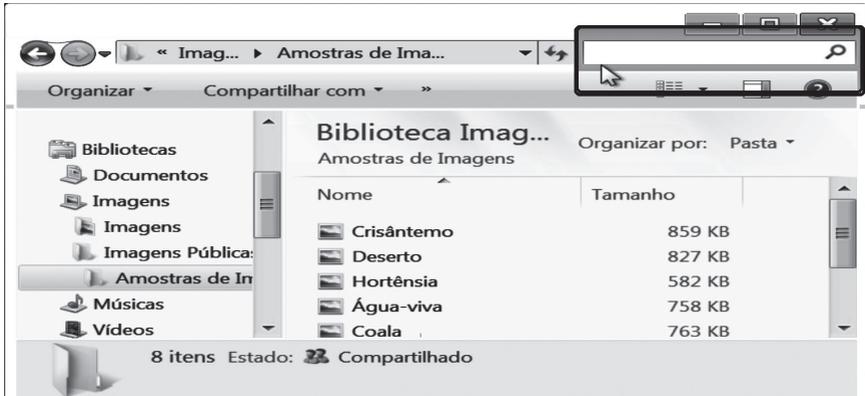
QUESTÃO 21

O LibreOffice Writer possui recursos, no menu *Formatar* → *Parágrafo*, por meio dos quais é possível formatar parágrafos. O recurso a que se refere a formatação de parágrafo é a(o)

- a) largura.
- b) tipo de fonte.
- c) quantidade de colunas.
- d) controle de linhas órfãs.

QUESTÃO 22

O Windows Explorer permite gerenciar pastas e arquivos em um computador. Um dos recursos que auxiliam nessa gerência é o campo de Pesquisa, está destacado na figura abaixo.



Suponha que um usuário queira pesquisar por arquivos cujo tamanho, em termos de quantidade de bytes, estejam dentro de um determinado intervalo.

As opções de pesquisa que ele poderá utilizar são:

- I) tamanho: > 1MB AND < 10 MB
- II) tamanho: > 1MB AND tamanho: < 10 MB
- III) quantidadedebytes: > 1MB AND < 10 MB
- IV) quantidadedebytes: > 1MB AND quantidadedebytes: < 10 MB

Estão corretos os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.

QUESTÃO 23

A figura abaixo apresenta uma planilha do LibreOffice Calc.

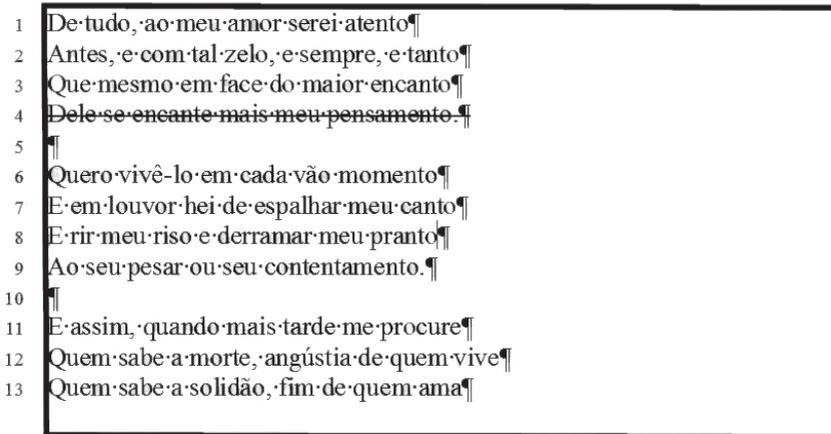
	A	B
1	pla	
2	ni	planilha
3	lha	

O conteúdo, dentre os listados abaixo, que pode ser inserido na célula **B2** de tal forma que a palavra **planilha** seja exibida é

- a) = pla + ni + lha
- b) = A1 & A2 & A3
- c) = concatenar(A1:A3)
- d) = "pla" + "ni" + "lha"

QUESTÃO 24

A imagem abaixo apresenta um documento texto, elaborado no LibreOffice Writer em sua configuração padrão, contendo um trecho do poema *Soneto da Felicidade* de Vinícius de Moraes.



Considerando que a linha ao redor do texto representa as margens de uma página, os números do lado esquerdo representam a numeração de linhas e que os caracteres não imprimíveis estão sendo exibidos, assinale (V) para verdadeiro ou (F) para falso.

- () os parágrafos do texto podem estar formatados com alinhamento à esquerda.
- () os parágrafos do texto podem estar formatados com alinhamento Justificado.
- () ao final de cada linha, as teclas SHIFT+ENTER podem ter sido pressionadas.
- () a fonte dos caracteres do texto, na linha 4, pode estar formatada com o efeito Tachado.

A sequência correta é

- a) V, V, F, V.
- b) V, F, F, V.
- c) V, F, V, V.
- d) F, F, V, F.

QUESTÃO 25

A figura abaixo apresenta uma planilha do LibreOffice Calc.

	A	B	C	D	E
1	1	-3	2	-1	4
2	-1	3	-2	1	-4
3					

Ao inserir a função `=SOMASE(A1:E1;">0";A2:E2)`, na célula **C3**, o conteúdo retornado será

- a) -7
- b) 7
- c) 4
- d) -4

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 26

No lançamento de três dados, dois cubos numerados de 1 a 6 e um tetraedro numerado de 0 a 3, a probabilidade da soma dos valores encontrados ser maior do que 6 e menor do que 13 é

a) $\frac{5}{6}$.

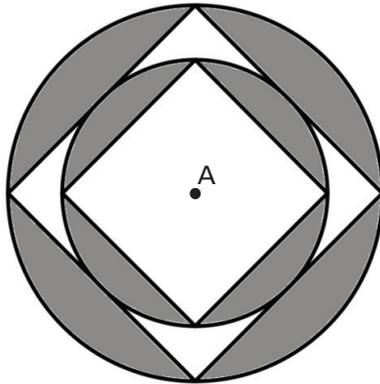
b) $\frac{25}{36}$.

c) $\frac{7}{6}$.

d) $\frac{35}{36}$.

QUESTÃO 27

Na figura abaixo, duas circunferências de centro em A possuem raios medindo $5\sqrt{2}$ e $3\sqrt{2}$, respectivamente. O quadrado maior está inscrito na circunferência de raio $5\sqrt{2}$ e o quadrado menor na circunferência de raio $3\sqrt{2}$.



A área da região hachurada é igual a

- a) $32(\pi - 2)$.
- b) $32\sqrt{2}(\pi - 2)$.
- c) $68(\pi - 2)$.
- d) $68\sqrt{2}(\pi - 2)$.

QUESTÃO 28

Em uma empresa, as reuniões ocorrem em uma sala de mesa circular, segundo os seguintes critérios:

- o presidente e o vice-presidente sempre se sentam um ao lado do outro.
- os três gerentes sempre se sentam um ao lado do outro.

Considerando-se uma reunião com 9 pessoas, o número de maneiras que elas poderão ocupar os assentos de tal forma que esses critérios sejam cumpridos é

- a) 720.
- b) 1440.
- c) 1680.
- d) 3360.

QUESTÃO 29

Maria tem três filhos, Bianca, Celi e João, e seis netos, Ana, André, Beth, Cláudia, Fernando e Paula. Sabe-se que:

Bianca tem três filhos(as).

Celi tem dois filhos(as).

João tem um(a) filho(a).

Cláudia não tem irmãos.

Beth é irmã de Paula.

André não tem irmãs.

Com essas informações, pode-se afirmar que Ana é

- a) filha de Celi.
- b) prima de Beth.
- c) prima de Paula.
- d) filha de Bianca.

QUESTÃO 30

Considere a seguinte sentença:

Marcos vai para o escritório se e somente se Pedro não trabalha na rua. Pedro trabalha na rua se e somente se Joana tira o dia de folga. Joana não tira o dia de folga se e somente se Joaquim trabalha meio expediente. Joaquim não trabalha meio expediente se e somente se Marcelo trabalha até 20h. Marcelo trabalha até 20h se e somente se sua esposa não faz jantar.

Não havendo jantar na casa de Marcelo, é correto afirmar que

- a) Joana não tira folga e Marcelo trabalha até 20h.
- b) Marcos não vai para o escritório e Joana tira folga.
- c) Marcos vai para o escritório e Joaquim trabalha meio expediente.
- d) Pedro não trabalha na rua e Joaquim não trabalha meio expediente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

A respeito da responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública, pode-se afirmar que

- a) as autarquias estão submetidas ao princípio da responsabilidade civil subjetiva, conforme previsão da Constituição Federal de 1988.
- b) na história das constituições republicanas brasileiras, jamais foi acolhida a teoria do risco integral no tocante à responsabilidade civil do Estado.
- c) a teoria francesa da *faute du service* ou também denominada como falta do serviço caracteriza-se como uma hipótese de responsabilidade civil objetiva.
- d) o direito de regresso, em face do agente público responsável pelo dano resultante em responsabilidade civil do Estado, dá-se independentemente de existência de culpa ou dolo em sua conduta, uma vez que a responsabilidade do agente é objetiva.

QUESTÃO 32

Em relação ao Poder de Polícia, é possível determinar que

- a) é atribuída à Administração Pública a função de editar atos gerais para complementar leis e permitir sua efetiva aplicação.
- b) a autoexecutoriedade é o poder/dever que tem a Administração de exercer o Poder de Polícia para proteção dos interesses coletivos.
- c) os atos oriundos da atividade de Polícia Administrativa, para serem legítimos, precisam, obrigatoriamente, como ocorre com qualquer ato administrativo, estar revestidos de todos os requisitos de validade.
- d) o Poder de Polícia divide-se em duas esferas de atuação: Administrativa e Judiciária, podendo ser assinalada como principal diferença entre ambas o caráter repressivo da polícia administrativa e o preventivo da polícia judiciária.

QUESTÃO 33

No tocante à prestação de serviços públicos, mediante concessão ou permissão, afirma-se que

- a) só poderão ser outorgadas concessões por prazo indeterminado nas hipóteses de inequívoco interesse público.
- b) a encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, em virtude de inadimplência contratual do concessionário.
- c) a desapropriação ou a servidão administrativa poderão ser efetivadas pelo próprio concessionário, desde que por intermédio de processo de outorga de poderes.
- d) a Administração Pública possui a prerrogativa de alterar unilateralmente os mecanismos de revisão de tarifas, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

QUESTÃO 34

Relativamente ao Controle da Administração Pública, analise as assertivas a seguir:

- I- A aprovação, pelo Senado Federal, dos Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República, enquadra-se como um controle prévio.
- II- Na esfera municipal, o controle externo será exercido pela Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas.
- III- A legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública é uma prerrogativa exclusiva do Ministério Público.
- IV- Em relação à ação popular, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

A quantidade de afirmativas corretas é

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.

QUESTÃO 35

Em relação aos remédios constitucionais, previstos na CF/88, é possível afirmar que

- a) na ação civil pública, a competência é do foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer o dano.
- b) o *habeas corpus* só será cabível contra decisão que viole a liberdade de locomoção de um indivíduo, por ilegalidade ou abuso de poder.
- c) o sujeito passivo do *habeas data* é a pessoa jurídica de direito público responsável pelo banco de dados ou registro das informações do interessado.
- d) o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

QUESTÃO 36

Com relação ao Poder Judiciário, é **INCORRETO** determinar que

- a) o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal.
- b) o advogado-geral da União e os ministros de Estado são julgados pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
- c) somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- d) a garantia da inamovibilidade dos juízes não é absoluta, visto ser possível a remoção em virtude de interesse público, devendo a decisão ser tomada por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

QUESTÃO 37

Compete privativamente à União legislar sobre

- a) desapropriação.
- b) juntas comerciais.
- c) procedimentos em matéria processual.
- d) previdência social, proteção e defesa da saúde.

QUESTÃO 38

No que tange aos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal de 1988, afirma-se que

- a) a lei penal poderá retroagir para beneficiar ou prejudicar o réu.
- b) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, respeitados os limites estabelecidos pela censura e pela obtenção de licença nos termos da lei.
- c) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- d) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em casos de flagrante delito, desastre, prestação de socorro ou determinação judicial, independentemente do horário do dia.

QUESTÃO 39

Em relação à disciplina do direito das coisas, prevista no Código Civil de 2002, afirma-se que

- a) é proibido ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- b) o possuidor turbado ou esbulhado na posse, não poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, ainda que o faça logo.
- c) constitui como requisito para a configuração de usucapião ordinário, a posse direta do imóvel, por trinta anos ininterruptos e sem oposição.
- d) caracteriza-se como ocupação o fato de alguém se assenho-rear de coisa sem dono para logo lhe adquirir a propriedade, não sendo essa ocupação defesa por lei.

QUESTÃO 40

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, analise as afirmativas abaixo e marque (V) para verdadeiro ou (F) para falso:

- () As associações civis são pessoas jurídicas de direito privado criadas a partir da união de pessoas organizadas para fins não econômicos.
- () O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- () Na hipótese de uma fundação estender suas atividades por mais de um estado, independentemente de ser federal ou estadual, sua veladura ficará a cargo do Ministério Público Federal.
- () Não é aplicável às pessoas jurídicas a proteção dos direitos à personalidade.

A sequência correta é

- a) F, V, F, V.
- b) F, F, V, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, F, F.

QUESTÃO 41

Acerca dos recursos dispostos na Lei n.º 5.869/73, que instituiu o Código de Processo Civil, analise as assertivas a seguir:

- I- O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- II- Caso a sentença seja proferida em audiência, o prazo recursal começará a correr no dia útil seguinte ao da audiência cuja decisão foi proferida.
- III- Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão.
- IV- Não é admitido recurso adesivo nos embargos infringentes.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e II.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.

QUESTÃO 42

A respeito da competência, segundo as disposições da Lei n.º 5.869/73, que instituiu o Código de Processo Civil

- a) a competência em razão da matéria pode ser derogada se as partes instituírem o foro de eleição.
- b) a incompetência do juízo, sendo ela relativa ou absoluta, deverá ser arguida pelo réu por meio da exceção de incompetência.
- c) o Ministério Público somente será ouvido no conflito de competência nas hipóteses em que atuar, seja como parte ou fiscal da lei.
- d) nas ações de reparação de danos, o foro competente será o do lugar do ato ou fato, ressalvado-se, entretanto, a reparação de danos decorrentes de delito ou acidente de veículos, caso em que também será competente o foro do domicílio do autor.

QUESTÃO 43

Considerando a Lei n.º 5.869/73, que instituiu o Código de Processo Civil, é possível afirmar que

- a) a citação de pessoa jurídica de direito público será feita por meio de oficial de justiça.
- b) em relação à legitimidade como parte no processo, ninguém poderá pleitear em juízo, em nome próprio, direito alheio.
- c) computar-se-á em dobro o prazo para contestar e recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- d) o Ministério Público atuará como substituto processual do réu preso, bem como do revel citado por edital ou com hora certa.

QUESTÃO 44

As Contribuições Especiais foram introduzidas em nosso atual ordenamento jurídico pelo art. 149 e 149-A da Constituição Federal, subdividindo-se nos seguintes tipos:

- a) sociais, de melhoria, de interesse de categorias profissionais e econômicas.
- b) sociais, de melhoria, de intervenção no domínio econômico e para custeio de iluminação pública.
- c) de interesse de categorias profissionais e econômicas, de intervenção no domínio econômico e de melhoria.
- d) sociais, de interesse de categorias profissionais e econômicas, de intervenção no domínio econômico e para custeio de iluminação pública.

QUESTÃO 45

A respeito das limitações ao poder de tributar,

- a) a imunidade recíproca é extensiva às autarquias, mas não às fundações mantidas pelo Poder Público.
- b) a vedação que impede o Estado de Minas Gerais de cobrar o IPVA sobre os veículos da União licenciados em seu território constitui uma isenção tributária.
- c) a imunidade referente a impostos, destinados a livros, jornais, periódicos de papel, não alcança publicações veiculadas em meios digitais tais como os DVD's e CD's.
- d) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

QUESTÃO 46

Sobre o Direito Processual do Trabalho, verifica-se que

- a) a isenção ao pagamento de custas finais não se aplica às autarquias e às fundações públicas municipais.
- b) em observância ao princípio da oralidade, os atos e os termos processuais dispensam de forma ou transcrição escrita.
- c) estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- d) a União será intimada das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, todavia, delas não poderão recorrer uma vez que sobre a referida parcela não incide tributação.

QUESTÃO 47

À Justiça do Trabalho, **NÃO** compete processar e julgar

- a) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- b) os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- c) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- d) as ações que abarquem servidores públicos estatutários da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

QUESTÃO 48

A respeito dos princípios e das teorias do Direito do Trabalho, analise os itens abaixo e marque (V) para verdadeiro ou (F) para falso:

- () O princípio da proteção ao trabalho resulta da intervenção do Estado nas relações de trabalho e estipula um conteúdo inalterável pelas partes, mantendo, assim, o contrato incólume.
- () São inerentes ao Direito do Trabalho o princípio do protecionismo e o princípio da primazia da realidade.
- () Os princípios da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho estão previstos de forma expressa na Constituição Federal.
- () A teoria do conglobamento pode ser conceituada como um método de interpretação, utilizado na existência de conflitos entre normas a serem aplicadas ao contrato individual do trabalho, na qual o princípio da norma mais favorável que é o que solucionará a questão, é aplicado no conjunto, não permitindo o fracionamento.

A sequência correta é

- a) V, V, F, F.
- b) F, F, V, F.
- c) V, V, V, V.
- d) F, V, V, V.

QUESTÃO 49

Relativamente à Consolidação das Leis do Trabalho, analise as assertivas a seguir:

- I- Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.
- II- Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
- III- A legislação trabalhista prevê de forma expressa a possibilidade de distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador e entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- IV- A subordinação que define e caracteriza a existência da relação de emprego é a econômica, fundada no reconhecimento jurídico-institucional da hipossuficiência material do trabalhador.

A quantidade de afirmativas corretas é

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.

QUESTÃO 50

Haja vista o regime previdenciário do servidor público, previsto na Constituição Federal de 1988, é **INCORRETO** afirmar que

- a) a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- b) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime geral de previdência social.
- c) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", do art. 40 da Constituição Federal 1988, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério no ensino fundamental, médio e superior.
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA
Concurso Público 2016

Folha de Respostas
(rascunho)

Língua

Portuguesa

01. A B C D
02. A B C D
03. A B C D
04. A B C D
05. A B C D
06. A B C D
07. A B C D
08. A B C D
09. A B C D
10. A B C D

Legislação

11. A B C D
12. A B C D
13. A B C D
14. A B C D
15. A B C D
16. A B C D
17. A B C D
18. A B C D
19. A B C D
20. A B C D

Informática

Básica

21. A B C D
22. A B C D
23. A B C D
24. A B C D
25. A B C D

Raciocínio

Lógico

26. A B C D
27. A B C D
28. A B C D
29. A B C D
30. A B C D

Conhecimentos

Específicos

31. A B C D
32. A B C D
33. A B C D
34. A B C D
35. A B C D
36. A B C D
37. A B C D
38. A B C D
39. A B C D
40. A B C D
41. A B C D
42. A B C D
43. A B C D
44. A B C D
45. A B C D
46. A B C D
47. A B C D
48. A B C D
49. A B C D
50. A B C D

